

Coluna do Castelo

Para que os políticos procuram os ministros

O presidente da República determinou aos ministros que recebam os deputados e senadores e lhes dêem atenção. A intenção é melhorar o relacionamento com o Congresso e com os políticos, dando-lhes acolhida que rotineiramente lhes vem sendo negada pelos ministros e diretores dos grandes serviços do Estado, como Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Deve-se perguntar todavia não por que recebê-los mas para quê. Explica-se no Palácio: ainda que para dizer não.



tela política. Nenhum dos ministros da Fazenda ou do Planejamento de Figueiredo ou de Sarney, por exemplo, consultou partidos ou governadores sobre seus planos, que foram tantos e tão traumatizantes na condução da economia. Decorrência disso foi o desprestígio crescente dos partidos, que vegetaram à margem dos governos mesmo quando tiveram participação em cargos menores. O que importava na condução dos negócios públicos passava-se à sua revelia e a parte que lhes foi outorgada nem sempre se distinguiu pela excelência dos serviços prestados.

A questão não parece bem posta. Claro que, se for para pleitear favores, nomeações, empréstimos, etc., a resposta tecnicamente deveria ser sempre negativa pois a fisiologia política está aparentemente fora dos planos do atual governo. O mesmo governo que, negando-se ao jogo do que é dando que se recebe, constituiu-se à margem dos partidos e dos políticos, numa eleição em que houve um diálogo direto do candidato a presidente com o eleitorado.

Desde que a intervenção militar substituiu políticos por generais e coroneis no comando do Estado, o papel das instituições políticas, mesmo preservadas na sua forma, reduziu-se ao mínimo. Não tendo acesso à formulação de políticas nem à designação de seus executores, escolhidos em quadros técnicos ou na alta burocracia fardada, deputados, senadores, governadores e outros agentes tradicionais do poder civil perderam o pé na administração do país. E não se recuperaram mesmo depois dos cinco anos do governo de transição de José Sarney.

Já quando progredia no regime militar a distensão, os políticos se conformaram em medir seu prestígio pela obtenção de benefícios menores para seus estados e sua clien-

Collor chegou ao governo à revelia dos partidos e de certo modo contra eles. Disputou com candidatos de pequenas agremiações enquanto os candidatos dos dois grandes partidos, PMDB e PFL, mal obtiveram 2% da votação. Foi uma rejeição explícita dos políticos e uma cartada no escuro, na óbvia tentativa de agredi-los com uma escolha feita diretamente pelo povo. Seu compromisso com eles seria nenhum, a não ser na medida em que o presidente se propõe a consolidar as instituições democráticas, prestigiando-as e renovando-as.

Nessa conjuntura o papel dos partidos e do Congresso seria a concentração nos seus órgãos remanescentes de ação, notadamente as câmaras legislativas, para nelas discutir as políticas de Estado e tentar influir nelas, referendando-as ou modificando-as sob a inspiração das idéias e dos compromissos que lhes deram a representação política. Audiências com ministros e diretores de bancos são, no momento, o irrelevante e, quando ocorrerem sob caridosa recomendação presidencial, é algo em que se deve pensar antes de procurá-las. Melhor seria que eles fossem procurados.